

O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NO CAPITALISMO: UMA FALÁCIA?

RENATA STORTI PEREIRA
UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR
restortip@gmail.com

NICOLE CERCI MOSTAGI
UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR
nicole_cerci@hotmail.com

EDUARDO CAMARGO DE AGUIAR
eduardoc_aguiar@hotmail.com

CÉSAR HENRIQUE DA SILVA REZENDE
cesarhsrezende@gmail.com

O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NO CAPITALISMO: UMA FALÁCIA?

Resumo: A problemática ambiental e social tomou maior proporção nas últimas décadas, como um prenúncio da crise eminente da racionalidade econômica que conduziu ao capitalismo contemporâneo, como é inferido na definição de desenvolvimento sustentável feita pela *World Commission on Environment and Development* (WCED). Entretanto, o conceito de desenvolvimento sustentável, assim como sua prática, é controvertido e discrepante, devido a sua imprecisão e ambiguidade no sistema atual. Ademais, verifica-se que os aspectos econômicos são superestimados na definição da WCED. Nesse sentido, o estudo tem como objetivo indagar as relações entre a sustentabilidade, o capitalismo contemporâneo e as teorias organizacionais. Para tanto, primeiramente apresenta-se um breve levantamento da racionalidade capitalista, em seguida, aborda-se algumas ideias que contrapõem o conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. A análise é feita por meio do levantamento teórico, por isso o estudo é caracterizado como ensaio teórico. Este estudo contribui teoricamente por apresentar visões críticas referentes à sustentabilidade frente ao capitalismo e às teorias organizacionais.

Palavras chaves: Sustentabilidade; Capitalismo; Organizações.

THE DISCOURSE OF SUSTAINABILITY IN CAPITALISM: A FALLACY?

Abstract: The environmental and social issues have taken on greater proportions in recent decades as a harbinger of the imminent crisis of economic rationality that has led to contemporary capitalism, as inferred from the definition of sustainable development by the World Commission on Environment and Development (WCED). However, the concept of sustainable development, as well as its practice, is controversial and discrepant because of its imprecision and ambiguity in the current system. In addition, it is verified that the economic aspects are overestimated in the WCED definition. In this sense, the study aims to investigate the relationship between sustainability, contemporary capitalism and organizational theories. To do so, we first present a brief survey of capitalist rationality, and then discusses some ideas that contradict the concept of sustainable development and sustainability. The analysis is done through the theoretical survey, so the study is characterized as theoretical test. This study theoretically contributes to presenting critical visions regarding sustainability in relation to capitalism and organizational theories.

Keys words: Sustainability; Captalism; Organizational.

1 INTRODUÇÃO

A problemática socioambiental tomou maior proporção nas últimas décadas do século XX, como um prenúncio eloquente da crise da racionalidade econômica que conduziu o processo de modernização. Nesse contexto de crise aparente, a ideia de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável emergem como o propósito de contribuir à superação da radical diferenciação que o sistema capitalista fez entre as atividades humanas, econômicas e dos sistemas naturais (LEFF, 2009).

Em 1972, em Estocolmo, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente humano que reconheceu a importância da gestão ambiental, proporcionando maior debate sobre as questões socioambientais vivenciadas. A compreensão dos danos ambientais em nível global causados por um expansivo processo de desenvolvimento industrial globalizado, proporcionando visibilidade acerca dos problemas ambientais ocorridos pelo mundo e introduziu a dimensão ambiental da agenda internacional. (PELICIONI, 2014; PIERRI 2001; FOLADORI, 2001; JACOBI, 2005).

No debate sobre as questões ambientais, sucedeu a World Commission on Environment and Development (WCED) - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - já na década seguinte, em 1987, emergindo o termo desenvolvimento sustentável, cujo relatório “Nosso Futuro Comum” (relatório Brundtland) o define como sendo o desenvolvimento que “satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU, 2010). O conceito foi desenvolvido devido à preocupação com a rápida deterioração do meio ambiente e principalmente por suas consequências para o desenvolvimento econômico e social. A partir de então, o desenvolvimento sustentável passou a ser introduzido na agenda política global (DOVERS, 1996; PIERRI, 2001; PELICIONI, 2014)

Não obstante, não há uma definição consensual de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, apesar do conceito mais conhecido de desenvolvimento sustentável ser o elaborado pelo relatório Brundtland. Entretanto, o conceito, assim como sua prática, é controvertido e discrepante, devido a sua imprecisão e ambiguidade no sistema atual. Holmberg (1994 apud MEBRATU, 1998) constatou que havia mais de 80 interpretações do conceito de desenvolvimento sustentável que compartilhavam o conceito central da definição da WCED. Castro (2004), afirma que essa definição é vaga e não conceitua o que são as necessidades. Já Banerjee (2003) diz que o conceito submeteu-se ao paradigma econômico dominante e assim, não elaborou uma definição de necessidades.

Outras definições sugerem que o “desenvolvimento sustentável busca a soma dos equilíbrios dos sistemas sociais, econômicos e ambientais, e mais um equilíbrio maior composto por todas as interações entre esses sistemas” (MUNCK; BORIM-DE-SOUZA, 2009). Porém, isso realmente está ocorrendo?

Nesse sentido, a presente pesquisa acredita que o discurso do desenvolvimento sustentável justifica a sustentabilidade do próprio sistema Capitalista contemporâneo, visto que o desenvolvimento econômico é o mais sustentado no sistema, onde a preocupação ambiental é consequência do desenvolvimento econômico, enquanto a dimensão social, na grande maioria, ainda é deixada de lado. Ou seja, o discurso de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável é utilizado para sustentar o capitalismo e os que detêm os recursos financeiros. Isso corrobora com a ideia de O’Connor (2002, p. 34) que afirma que “do ponto de vista econômico, o capitalismo sustentável deve, necessariamente, ser um capitalismo em expansão, e como tal deve ser representado”.

Como uma tentativa de mudança ao sistema atual, muitas organizações aplicaram algumas modificações em suas ações para minimizar os problemas ambientais, surgindo um novo conceito - *greening* corporativo ou capitalismo verde - que camuflava o capitalismo de maneira que sua lógica de consumo ainda continua presente, assim sendo, esse conceito foi

introduzido nos estudos organizacionais sobre o meio ambiente (KALLIO; NORDBERG, 2009).

Destaca-se também que as organizações são propulsoras e engrenagens da destruição ambiental de maneira intensa (PERROW, 1997; SHWOM, 2009). As organizações envolvidas nos processos relacionados aos problemas ambientais variam de informal para formal, de empresas privadas a públicas, incluindo também as organizações de movimentos sociais (SHWOM, 2009). Mesmo emergindo uma consciência ambiental, pelos debates internacionais concernentes à sustentabilidade, o impacto das organizações no meio ambiente é relativamente inexplorado pelas teorias das organizações (SHWOM, 2009).

As relações organizacionais, econômicas e políticas fazem com que as organizações influenciem várias instituições sociais para mudarem seu encadeamento com o ambiente (SHWOM, 2009), assim como com a sociedade. Nesse sentido, as ações individuais ou coletivas das organizações podem tentar alterar o sistema em vigor, mas estão limitadas em suas opções de como fazê-lo (SHWOM, 2009).

Diante do contexto complexo que envolve o tema sustentabilidade no sistema econômico atual e sua relação com as ações e teorizações organizacionais, surge a seguinte questão problema: quais são as possíveis relações entre sustentabilidade, capitalismo e o estudo das organizações? Dessa forma, o objetivo do trabalho é questionar as relações entre a sustentabilidade com o capitalismo contemporâneo e as teorias organizacionais, pois em uma análise superficial, percebe-se que há uma falácia entre o discurso de desenvolvimento sustentável e as ações efetivamente sustentáveis, pois, ao promover melhoras em alguns pontos, ocorre a danificação em outros.

No decorrer do artigo, a exposição está dividida em cinco momentos. Após a apresentação de forma sucinta sobre a racionalidade do capitalismo e o consumismo causado por ele, será abordado algumas ideias que refutam o conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável referido no relatório “Nosso Futuro Comum” e os obstáculos enfrentados por este, a seguir apresenta-se a metodologia do trabalho, seguido por uma análise crítica com relação a teoria das organizações, o capitalismo contemporâneo e o desenvolvimento sustentável e, por fim, as considerações finais.

2 A RACIONALIDADE DO CAPITALISMO

O Capitalismo surgiu como “modo de produção de mercadorias, gerado historicamente desde o início da idade moderna e que encontrou sua plenitude no intenso processo de desenvolvimento industrial inglês, ao qual se chamou Revolução Industrial” (CATANI, 1986, p.8).

A partir do século XVII, o capitalismo afirmou-se por meio das revoluções políticas burguesas. No século XVIII, o mundo passou por mudanças expressivas, principalmente na Europa, no que se refere ao sistema produtivo. Um marco foi a Revolução Industrial, que transferiu o trabalho, que era realizado pelos artesões, para as fábricas e organizações. Nessa perspectiva, “as organizações são indiscutivelmente o tipo de sistema social predominante das sociedades industriais” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p.1).

Marx, numa visão histórica, conceitua o capitalismo como sendo um modo de produção cujos meios estão nas mãos dos capitalistas, que constituem uma classe distinta da sociedade. Assim, o capitalismo pode ser definido como um sistema socioeconômico que apresenta uma classe de indivíduos possuidores do capital que buscam investir de forma a fazê-lo crescer, do excesso, do lucro, e uma classe de assalariados que vende sua força de trabalho por dinheiro com o intuito de sobreviver. Assim, o capitalismo não é apenas um sistema de produção de mercadorias, “como também de um determinado sistema no qual a força de trabalho se

transforma em mercadoria e se coloca no mercado como qualquer objeto de troca” (CATANI, 1986, p.9).

Com base em Marx, Catani (1986) afirma que assim como a troca, a propriedade privada e divisão social do trabalho também são características fundamentais da sociedade produtora de mercadorias, pois os produtos dos diferentes trabalhos, têm que ser, trocados, e essa troca é uma condição necessária à subsistência de todos nessa sociedade, e é denominado de mercadoria. A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Essa troca de mercadorias faz um valor de troca (ou simplesmente valor). O valor de uso e valor de troca tem em comum que são de fato produtos do trabalho (CATANI, 1986).

Nesse contexto, onde tudo é mercadoria ou pode se tornar, “o instituto da propriedade, como bem assinalou Marx, é a pedra fundamental do edifício jurídico capitalista. A busca incessante do empresário capitalista é pela apropriação, sob a forma de direito exclusivo, de toda e qualquer coisa material” (COMPARATO, 2011, p. 262-263). Para que isso aconteça, Weber (1968, p. 250) explica que o capitalismo contemporâneo tem como condição prévia “a contabilidade racional do capital como norma para todas as grandes empresas lucrativas que se ocupam da satisfação das necessidades cotidianas”. Nesse sentido, “para a economia moderna, a emissão de valores é o meio mais racional da formação de capital” (WEBER, 1968, p. 252). Já as condições prévias das empresas capitalistas são:

1. Apropriação de todos os bens materiais de produção como propriedades de livre disposição por parte das empresas lucrativas autônomas; [...]
2. A liberdade mercantil, isto é, a liberdade do mercado, com referência a toda irracional limitação do comércio; [...]
3. Técnica racional, isto é, contabilizável até o máximo, e, portanto, mecanizada, tanto na produção como na troca; [...]
4. Direito racional. Isto é, direito calculável. Para que a exploração econômica capitalista proceda racionalmente precisa confiar em que a justiça e a administração seguirão determinadas pautas.[...]
5. Trabalho livre, isto é, que existam pessoas, não somente no aspecto jurídico, mas no econômico, obrigadas a vender livremente sua atividade num mercado. [...]
6. Comercialização da economia, sob cuja denominação compreendemos o uso geral de títulos de valor para os direitos de participação nas empresas e, do mesmo modo, para os direitos patrimoniais. Em suma: possibilidade de uma orientação exclusiva, na satisfação das necessidades, num sentido mercantil e de rentabilidade (WEBER, 1968, p. 250-251).

Nesse contexto, a produção capitalista se caracterizou pela separação do trabalhador dos meios de produção, e foi o desenvolvimento das grandes fábricas e linhas contínuas de produção que aceleraram as mudanças nos sistemas organizacionais, em que o trabalho artesanal foi sendo substituído pelas grandes fábricas. Para Weber (1968, p. 277), o desenvolvimento da venda em grande escala foi decisivo para a marcha ao capitalismo. Esse desenvolvimento surgiu “somente quando uma pequena parte das indústrias de luxo estendeu-se mediante a democratização do consumo, recorrendo especialmente à produção e uso de artigos de qualidade inferior”.

Essas atitudes que ocorrem no sistema capitalista, mostram o processo de racionalização na busca de maiores vendas, maiores lucros, para a efetivação do capitalismo. “A tendência à racionalização da técnica e da economia, com o fim de diminuir os preços, em proporção aos custos, deu lugar, durante o século XVII, a uma corrida na busca de inventos” (WEBER, 1968, p. 273). Resumidamente, “o capitalismo surgiu através da empresa permanente e racional, da contabilidade racional, da técnica racional e do direito racional. A tudo isto se deve ainda adicionar a ideologia racional, a racionalização da vida, a ética racional na economia” (WEBER, 1968, p. 310).

Nesse contexto, o capitalismo se valeu das mudanças e inovações que ocorreram nos processos industriais e se consolidou como um sistema socioeconômico predominante, em que qualquer transformação no processo de trabalho deriva da substituição da produção de valor de uso para a produção de valor excedente (MARX, 1989).

Entretanto, o capitalismo levou ao processo de destruição que vem sendo gradativamente intensificado pela lógica do consumismo, sendo “a cultura do consumismo como um dos alvos da crítica à sociedade moderna” e também da sociedade sustentável (LAYRARGUES, 2011, p. 189). As organizações podem ser descritas como destruidoras ambientais mais intensas e eficazes (PERROW, 1997). Nessa perspectiva, as origens dos problemas sociais e ambientais podem ser localizadas nos processos organizacionais e interorganizacionais. “Instituições como o capitalismo e o Estado podem ser as máquinas de degradação ambiental, e as pessoas podem tomar decisões importantes que afetam o meio ambiente, mas as organizações são as engrenagens das máquinas” (SHWOM, 2009, p. 271). A autora explica que a teoria organizacional desenvolveu um corpo de pesquisa sobre o porquê e como as organizações fazem o que fazem por teorizar tanto processos organizacional e interorganizacionais, contudo essas teorias, na maioria das vezes, ficam aquém do que representa o contexto econômico e político mais amplo relacionados às questões ambientais e extensão da base material das organizações (SHWOM, 2009).

Até meados do século passado, a preocupação relativa ao impacto ambiental ocasionado pelo modo de produção capitalista poderia ser posta de lado em vista de uma relativa abundância de recursos. O uso de organizações e / ou gestão de teorias organizacionais na investigação de gestão de sustentabilidade produziram conclusões e recomendações interessantes e úteis, mas a maioria desses estudos, com algumas exceções notáveis, poderia ser visto como incrementais e mais focado na organização empresarial ou nas indústrias do que em questões de sustentabilidade socioeconômica e ambiental, em impactos e no futuro (Lange, 2010 apud Starik e Kanashiro, 2013). Shwom (2009) explica que o processo de valorização que liga os recursos naturais a atividade econômica começou a se desintegrar ainda mais devido ao capitalismo global. Entretanto, a autora afirma que a medição dos impactos causados pelas organizações ainda é um desafio complexo voltado para todos os que procuram integrar as variáveis sociais e ambientais nos estudos organizacionais.

A partir da década de 1970, no entanto, esse conceito de recursos naturais ilimitados começou a se desfazer. E ocorreu o surgimento de uma conscientização sobre a gravidade dos problemas ambientais juntamente com uma crise econômica mundial. Os especialistas em questões ambientais começaram a falar dos limites para o crescimento, e de algo ainda mais preocupante, os novos impactos destrutivos do modo de produção e consumo tradicionalmente capitalistas para o ambiente e para a humanidade. A preocupação não foi somente com a questão ambiental, mas também com as diferenças sociais que o Capitalismo gerou e continua gerando.

Nesse contexto, o mercado, como meio para manter esse sistema funcionando, cambaleia, mostrando não ser capaz de alocação medianamente equitativa da riqueza, apresentando também os efeitos negativos do capitalismo como sistema. Essa preocupação com o meio ambiente fez com que fossem desenvolvidos modelos e instrumentos de política econômica a atribuir um preço às depredações dos recursos naturais e a poluição industrial. Tentando assim, colocar preço no que, na prática, não o tem (FOLADORI, 2002).

Nas últimas décadas, o movimento ambiental tem contribuído para o desenvolvimento da identidade pessoal e social. As questões ambientais entraram na agenda internacional e começaram a moldar atitudes pessoais e políticas governamentais. Conforme o tempo passava, a confiança na capacidade dos governos e corporações para resolver crises ambientais e sociais de alguma forma desapareceu (SEGHEZZO, 2009). Percebe-se então que o “mercado fracassou na consolidação de uma sociedade sustentável” (FOLADORI, 2001, p. 142). Nesse sentido,

eclode as propostas de desenvolvimento sustentável, bem como algumas críticas a elas, conforme é mostrado na próxima seção.

3 AS PROPOSTAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE SUSTENTABILIDADE: AS FALÁCIAS DO DISCURSO

O primórdio da sustentabilidade, assim como o seu conceito, não é consensual entre os autores. A priori sua origem se deu em 1987 em uma Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) com o documento "Nosso Futuro Comum", que ficou conhecido como Relatório Brundtland (ONU, 2007) formalmente instituído pela World Commission on Environment and Development (WCED).

Nesse contexto, a Conferência de Estocolmo foi expressiva, pois marcou o processo de institucionalização da problemática ambiental em meio a uma série de transformações na economia mundial (políticas neoliberais e globalização), desse modo, a questão ambiental passa a ser debatida. (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Autores como Castro (2004), Seghezze (2009), Hopwood, Mellor e O'Brien (2005) e Porto-Gonçalves (2012), fazem diversas críticas tanto ao conceito quanto prática da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável proposto pela WCED.

O conceito WCED de desenvolvimento sustentável tem contradições e limitações. Contempla-se que na asserção de desenvolvimento sustentável da WCED encontrou-se quatro imprescindíveis limitações, a saber: visão antropocêntrica, problemas econômicos, problemas relativos à espaço e tempo, e descaso com a questão social, atinente às pessoas.

Seghezze (2009) mostra que a ideia convencional de desenvolvimento sustentável tem uma série de limitações conceituais e não consegue capturar alguns aspectos, como: espaciais, temporais e pessoais. Em primeiro lugar, Seghezze (2009) verifica que a definição é uma visão antropocêntrica (o triângulo da sustentabilidade habitual representa a sociedade e meio ambiente como "pilares" distintos) em que o bem-estar humano é a razão fundamental para a proteção do capital natural. O autor acredita que não se deve separar natureza de sociedade, pois a natureza vista como dissociada pode ser dominada pela tecnologia, ciência e produção capitalista.

Nessa perspectiva, encontra-se uma segunda limitação do conceito da WCED. Seghezze (2009) acredita que a importância da economia é superestimada na definição da comissão, pois afirmam que a economia internacional deve acelerar o crescimento mundial, e afirma que esse crescimento é supostamente essencial para evitar as catástrofes tanto econômicas, como sociais e ambientais. Tanto Seghezze (2009) quanto Castro (2004) identificaram que de acordo com a WCED o crescimento deve ser alcançado por meio da promoção do livre mercado. O relatório prega o livre mercado para que haja maior desenvolvimento econômico, ou seja, ele apresenta essencialmente ideias neoliberais, e afirma que o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado pelo uso de instrumentos econômicos (CASTRO, 2004). O relatório afirma que para evitar as catástrofes econômicas, sociais e ambientais, a revitalização do crescimento econômico é essencial. A pobreza deveria ser reduzida, pois ela é a causa da degradação ambiental de acordo com o relatório. Para a redução da pobreza, sugere-se que os países da periferia se espelhem nos países desenvolvidos para terem seu crescimento econômico (CASTRO, 2004).

Nesse sentido, Castro (2004) apresenta uma contradição da abordagem defendida pela ONU: ao mesmo tempo em que prega a sustentabilidade ambiental, promove o livre comércio. "A ideia de que o crescimento econômico é alcançado pelo livre comércio, e que o crescimento econômico reduz a pobreza, e que a degradação ambiental será reduzida, bem como, não funciona na prática" (CASTRO, 2004, p. 198).

Castro (2004, p. 204) identifica economistas que não acreditam no livre mercado como solução: “Pearce e Warford argumentaram que uma solução de livre mercado será aquela em que os consumidores exigem produtos verdes, a tal ponto que a degradação ambiental será interrompida ou muito reduzida, e não vejo isso acontecendo”. Porém, o mercado é o mecanismo escolhido para lidar com a crise ambiental de acordo com os economistas ambientais. “O desenvolvimento sustentável, tal como concebido pela economia ambiental é basicamente o mesmo que o desenvolvimento capitalista” (CASTRO, 2004, p. 206).

Seghezze (2009) afirma que o conflito entre crescimento econômico e sustentabilidade pode ser mais sensível nas sociedades industriais, onde os produtos e amenidade ambientais nunca serão suficientes para satisfazer as necessidades dos indivíduos, que são supostamente infinitas. Portanto, fica claro que a sustentabilidade não pode ser entendida nos termos puramente econômicos, apesar da superestimação desse pilar pela WCED.

Castro (2004) diz que o desenvolvimento sustentável ainda é em grande parte definido dentro do pensamento dominante e hegemônico do desenvolvimento, que dá primazia ao mercado na alocação de recursos e, teoricamente, tem em conta do ambiente apenas como uma preocupação subsidiária quando a prossecução do seu objeto principal promover o crescimento econômico.

No que tange as abordagens e conceituação da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável Hopwood, Mellor e O’Brien (2005) e Castro (2004), descrevem que apenas uma abordagem econômica é exorbitantemente frágil, fazendo necessária uma transformação na sociedade, requerendo uma mudança estrutural com um sistema mais comunitário e democrático. Os autores fazem ainda, uma crítica quanto a uma sustentabilidade voltada à satisfação das necessidades do homem e a sua contemplação apenas na esfera econômica.

Não só no conceito da WCED que o aspecto econômico prevalece. Castro (2004) explica que o Banco Mundial defende o desenvolvimento sustentável e o define como “o desenvolvimento que dura”, argumentando que no longo prazo a degradação ambiental pode destruir sociedades. O Banco Mundial destaca que fatores de pobreza, incerteza e ignorância são responsáveis pela degradação ambiental e que esses fatores devem ser dirigidos por políticas ambientais eficazes. Novamente o desenvolvimento econômico aparece como o que irá salvar o mundo, visto que para o Banco Mundial “o crescimento econômico é um meio essencial para permitir o desenvolvimento” (CASTRO, 2004, p. 201). Além disso, o autor afirma que mesmo que são discutidos interesses e problemas sociais, uma crítica ao modo de produção atual está ausente no relatório do banco.

A terceira limitação encontrada, diz respeito ao espaço e o tempo, que de acordo com Seghezze (2009), foram muito negligenciados na definição WCED de sustentabilidade. O espaço e o tempo não são considerados nos projetos de sustentabilidade, apenas os aspectos econômicos, ambientais e sociais.

Identifica-se a quarta limitação como os aspectos pessoais que “são tão bons quanto esquecidos na definição WCED do desenvolvimento sustentável” (SEGHEZZO, 2009, p. 546). A definição da WCED enfatiza o papel das necessidades humanas como um dos objetivos de qualquer política de desenvolvimento, no entanto, o autor lembra que as necessidades humanas não são apenas fisiológicas, mas que diversas outras necessidades foram identificadas nas pesquisas acadêmicas, tais como segurança, amor, autoestima e o desejo de autorrealização. Nesse sentido, Seghezze (2009, p. 547) afirma que “a maioria dessas necessidades envolvem sentimentos, sentidos pelos indivíduos, e não podem ser catalogados como ‘social’”.

Outra possível limitação está no fato que os modelos de sustentabilidade são impostos aos países periféricos, desrespeitando a diversidade. Conforme explica Castro (2004), o conceito proposto liga a periferia ao núcleo de mercados, promovendo o mercado como solução para a pobreza e a sustentabilidade ambiental. Nesse contexto,

todo modelo é imposto sobre as comunidades e países da periferia. [...] Especialistas em desenvolvimento “sabem” o que essas sociedades precisam: ser parte do mercado internacional, ter instituições democráticas liberais, ser modernizado. Não há respeito pela diversidade cultural e institucional. (CASTRO, 2004, p. 206).

A ligação dos países desenvolvidos com os países periféricos, é incentivada pelo fato do capitalismo necessitar de consumidores. Pode-se perceber que as exportações dos países periféricos são produtos primários e que os mesmos dependem das tecnologias ofertadas pelos países desenvolvidos. Já os países desenvolvidos, importam os produtos dos países periféricos a um baixo custo. Essa inserção dos países periféricos no mercado internacional se justifica para que os países desenvolvidos possam explorar os recursos dos países periféricos a um baixo custo, como mão-de-obra barata, terrenos baratos, entre outros.

Além disso, Hopwood, Mellor e O’Brien (2005, p. 39) afirmam que “problemas ambientais ameaçam a saúde das pessoas, meios de subsistência, a vida e podem causar guerras e ameaças as gerações futuras”, mas por que essas guerras seriam causadas, ameaçando a vida e saúde das pessoas? Pode-se refletir que, devido ao capitalismo e o consumo dos recursos naturais, quando o recurso de uma nação abastada acabar, ela irá utilizar-se de seu poder econômico, para explorar as nações mais pobres, que ainda possuem os recursos de que necessitam para sobrevivência. Seria por isso que os países desenvolvidos são incentivados a treinarem os países periféricos para o desenvolvimento sustentável?

Nesse sentido, Porto-Gonçalves (2012) faz uma abordagem da ecologia política numa perspectiva latino-americana, apontando que o pensamento ambiental na América Latina desenvolve-se contra os fundamentos de uma matriz eurocêntrica capitalista, fundada na geopolítica atual, onde a globalização e a “sustentabilidade” são novas formas de colonização/exploração em sua feição colonial. Em contrapartida, surgem “respostas críticas com o novo protagonismo, a partir das lutas locais/regionais de camponeses, de povos indígenas e de afroamericanos que no contexto geopolítico que se abre pós anos 1960, passam a ter condições de se expressar à escala internacional, inclusive se apropriando dos vetores ecológico e tecnológico” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 16). Assim, essas populações discutem a questão nacional, emergindo um novo léxico teórico-político (trabalham como conceitos como: descolonização, interculturalidade, transmodernidade; pluralismo jurídico, os direitos das gentes, consuetudinários), originando aportes específicas na região a esse debate teórico político. A ampla contribuição latina americana reside na crítica à sociedade capitalista, particularmente, nos atributos do consumismo e produtivismo, que é alicerçada em categorias marxistas, acompanhada pelo respeito aos povos originários e tradicionais, ao aprendizado com seus costumes, culturas e modos de produção, e à necessidade de diálogo de saberes.

Além dos autores supracitados, outras reflexões sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são concebidas por O’Connor (2002), Hopwood, Mellor e O’Brien (2005), Dovers (1996), Bachram (2004) e Leff (2009; 2010).

Na abordagem do marxismo ambiental, ou do eco marxismo, pactua-se uma feroz crítica político-econômica das principais tendências de acumulação de capital com um engajamento com a transformação social radical e, portanto, é capaz de desafiar a convencional teoria do desenvolvimento sustentável em seu próprio terreno como uma alternativa de grande alcance. Contudo, o marxismo, tem se retratado extremamente adaptável, entretanto não é suficiente, pois tem de ser combinado com outras formas de análise, tais como a crítica da cultura pós-estruturalista de tendências de degradação ambiental (O’CONNOR, 2002).

Essa abordagem acredita que essa forma de produção capitalista enfrenta duas contradições que provocarão uma crise no sistema (O’CONNOR, 2002). A primeira contradição é a crise de superprodução, a crise de demanda. A segunda contradição é a crise de

custos, concebido por movimentos sociais e ambientais que agem por conta dos problemas sociais e ambientais que o sistema produz (O'CONNOR, 2002).

Em relação à política do sistema vigente, verifica-se que atualmente o *status quo* é dominante na sociedade, mas “suas políticas são uma resposta inadequada às necessidades do desenvolvimento sustentável” (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005, p. 48). “Argumenta-se que eles têm usado as frases de desenvolvimento sustentável para continuar e justificar a forma de negócios atual como comum” (KOTHARI, 1990 *apud* HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005, p. 48). Concluem que todos os proponentes do desenvolvimento sustentável consentem que a sociedade precisa mudar, embora haja grandes debates sobre a natureza do desenvolvimento sustentável, as alterações necessárias, os meios e agentes para estas mudanças. Assim, no momento, a reforma é melhor do que não fazer nada, e transformação pode não ser imediatamente possível. Concluem também que o desenvolvimento sustentável deve ter base na análise das relações entre o meio ambiente e a sociedade, buscando a equidade social e ambiental (HOPWOOD; MELLOR; O'BRIEN, 2005)

Dovers (1996) também analisando essa questão, constata que nos últimos anos, as questões de meio ambiente e desenvolvimento humano foram aglomerados no âmbito do quadro de integração da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, criando demandas sem precedentes em matéria de política. Assim, entende que sustentabilidade “é a capacidade de um sistema natural, humano ou misto para resistir ou se adaptar, através de uma escala de tempo indefinido, mudanças endógenas ou exógenas percebidas como ameaçadoras”. Já o desenvolvimento sustentável é entendido “um caminho de mudança endógena deliberada (melhoria) que mantém ou aumenta esse atributo em algum grau, ao responder às necessidades da população atual” (DOVERS, 1996, p. 304).

Afirma ainda que os problemas de sustentabilidade são problemas de domínio políticos (DOVERS, 1996). Assim, como O'Connor que indica que estamos a assistir a uma luta global para determinar como será definido e usado o "desenvolvimento sustentável" em um discurso sobre a riqueza das nações. Isto denota que "sustentabilidade" é uma questão ideológica e política, em vez de um problema ecológico e econômico.

Dovers (1996) adapta os atributos que definem os problemas de política em sustentabilidade. Os atributos são: Escala Temporal; Escala Parcial, Limites, a Irreversibilidade; Urgência; Conectividade e Complexidade; Incerteza; Acumulação; Dimensões morais e éticas; novidade. Sendo, importante ressaltar que este permite uma abordagem que é informada por uma valorização dos atributos dos sistemas naturais e da natureza das questões de fundo, ao invés de simplesmente a natureza das disputas políticas imediatas. Esses atributos não são exclusivos para os problemas de sustentabilidade, ou que todo problema de sustentabilidade exibe todos eles. Nesse sentido, os processos existentes, que evoluíram em torno de problemas que não comumente mostram esses atributos, podem ser suspeitos de ter capacidade limitada em lidar com os problemas que o fazem. Destarte, as deficiências de respostas atuais para a sustentabilidade têm uma base estrutural, sendo os produtos de processos inadequados.

Uma nova abordagem implica apreciações diferentes e mais substanciais de valor, não concernentes puramente ao cálculo econômico. Assim, é essencial colocar a vida no centro do mundo e não apenas a rentabilidade. Esse pensamento determina novos padrões de produção e consumo. A vida é uma questão de integridade ecossistêmica. O que é considerado como "ética ecocêntrica" é essencialmente a ética na defesa do valor intrínseco. Em síntese, é a abstenção de reduzir o mundo ao dinheiro e ceder aos “senhores do cálculo econômico” É a recusa de todos os fetichismos, tanto da mercadoria, bem como da máquina. Esta perspectiva torna-se indispensável a superação da crise ecológica. É o nível mais profundo da resistência ao capital, e o fundamento de todas as outras (BACHRAM, 2004).

Leff (2009) complementa que o caminho para a sustentabilidade eclode como o desenvolvimento da economização do mundo. Mas é justamente esta racionalidade modernizadora que produziu as externalidades econômicas e as forças negativas do crescimento ilimitado que levou à insustentabilidade: ao desequilíbrio ecológico, à pobreza extrema, à escassez de recursos, ao risco ecológico e à vulnerabilidade da sociedade. Aborda que o equilíbrio ecológico, a preservação da biodiversidade e a qualidade de vida dos homens, não são somente valores intrínsecos ou extra econômicos, no entanto, são como condições efetivas à sustentabilidade da própria economia.

A economia ambiental busca contornar as questões ambientais por meio de novos conceitos e instrumentos, para assim, economizar ainda mais o mundo e capitalizar a natureza, sendo que o desafio da economia é de internalizar as externalidades. Leff (2010) entende que os discursos de sustentabilidade são baseados na vertente da economia ecológica, um contraponto à economia neoclássica, onde recursos naturais não se reduzem ao valor de mercado.

4 METODOLOGIA

O estudo é qualitativo, pois observamos o sistema capitalista como um todo, assim como a atuação das organizações dentro desse sistema, porque “o ambiente e as pessoas nele inseridas devem ser olhados holisticamente: não são reduzidos a variáveis, mas observados como um todo” (GODOY, 1995, p. 62). Nesse sentido, vários tipos de dados são coletados e analisados para entender os procedimentos e dinâmicas das organizações capitalistas com relação ao desenvolvimento sustentável.

O presente trabalho caracteriza-se como documental, pois os documentos representaram importantes fontes de dados para a realização dessa pesquisa.

Como comumente pensamos que o trabalho de pesquisa sempre envolve o contato direto do pesquisador com o grupo de pessoas que será estudado, esquecemos que os documentos constituem uma rica fonte de dados. O exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ ou interpretações complementares, constitui o que estamos denominando pesquisa documental. (GODOY, 1995, p. 21).

O estudo ainda possui características de ensaio teórico que sistematiza conceitos e abordagens centradas na definição de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável no sistema capitalista atual, pois se trata de embasar o problema de pesquisa em um corpo de conhecimentos. “Isto implica analisar e expor os elementos teóricos gerais e particulares que se entende serem pertinentes para orientar o processo de pesquisa” (SORIANO, 2004, p. 61). Perscruta-se nas concepções e revisões bibliográficas, com o intuito de delimitar os parâmetros e questões que amparem na análise desses conceitos. Constituíram as fontes de informação artigos teóricos e revisões de literatura acerca dos conceitos, seguindo uma epistemologia crítica. Muitas pesquisas sobre a relação entre as organizações e o ambiente natural tem se concentrado principalmente nas ações estratégicas das organizações individuais (HOFFMANN, 2001), portanto, o estudo tem como contribuição teórica, apresentar visões críticas referentes à sustentabilidade frente ao capitalismo e às organizações modernas.

5 ANÁLISE CRÍTICA

Com base na ratificação que os recursos naturais são escassos e limitados, os capitalistas preocuparam-se com a questão ambiental, pois é essencial sustentar o planeta para progredir com o desenvolvimento econômico.

Nota-se que na proposta de desenvolvimento sustentável da WCED encontrou-se quatro imprescindíveis limitações: visão antropocêntrica, problemas econômicos, problemas relativos à espaço e tempo, e descaso com a questão social, atinente às pessoas.

A ONU afirma que o crescimento econômico é essencial para acabar com a degradação ambiental e com a pobreza (Castro, 2004), mas há um paradoxo, pois para se desenvolver economicamente no sistema capitalista, uma nação deve explorar o meio ambiente, e sempre haverá uma classe trabalhadora e a outra que possui o capital necessário para essa exploração, ou seja, haverá também diferenças socioeconômicas devido à divisão do trabalho capitalista. Como seria possível relacionar a sustentabilidade nessas condições capitalistas? Principalmente em relação à limitação econômica, percebe-se que a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, conforme é exposta pela WCED, sustenta as condições do capitalismo contemporâneo, pois o desenvolvimento econômico é o que mais se destaca, sendo superestimado, conforme apontam Castro (2004) e Seghezzeo (2009). Com a economia superestimada no conceito e prática do desenvolvimento sustentável, o consumo tende a aumentar, ao invés de diminuir para evitar os desastres ambientais. Conforme explica Bachram (2004), o nível de consumo imposto pelo capital é o instigador imediato da crise ecológica. Conclui-se que existe um conflito entre o Capitalismo e a Sustentabilidade.

Também nota-se que o capitalismo impôs uma cultura de consumo. Conforme constatado por Castro (2004), os países desenvolvidos são incentivados a treinarem os países periféricos, para que esses se desenvolvam da maneira proposta por eles. Ou seja, não há uma liberdade cultural para os países periféricos. As pessoas são diferentes, as culturas são diferentes, e o desenvolvimento sustentável proposto no relatório não reconhece as características culturais das diferentes nações. É por isso que alguns autores defendem a cultura como mais uma dimensão da sustentabilidade com a ideia de que a cultura deve ser preservada. Ademais, os povos pobres e marginalizados são colocados no caminho do risco, e em uma escala maior, por causa dos critérios econômicos e imperiais inexoráveis que determinam as decisões dos capitalistas (BACHRAM, 2004).

Nessa perspectiva, o problema está na forma de transformar a natureza e consumir os resultados desse trabalho. A única recobra à “patologia” que é o consumismo será a universalização do trabalho associado livremente, aplicado ecocentricamente. Portanto, o sistema capitalista vigente não só impede que o problema da degradação ambiental seja superado, como agrava cada vez mais a situação do planeta. A aceleração do consumo, expansão dos níveis de produção e acumulação capitalista gerados pela lógica desse sistema tem causado um impacto devastador cada vez maior ao ambiente e a vida humana. Assim, entende-se que, sem nenhuma mudança fundamental nas estruturas do sistema econômico atual não será possível impossibilitar a degradação do meio ambiente e conseqüentemente sua extinção que fomentará uma verdadeira catástrofe e muitos outros desastres “naturais”.

Assim, sustentabilidade como forma de mudança absoluta nas estruturas do sistema capitalista contemporâneo, deve ser considerada como Leff (2010) que define sustentabilidade como “uma maneira de repensar a produção e o processo econômico, de abrir o fluxo do tempo a partir da reconfiguração das identidades, rompendo o cerco do mundo e o fechamento da história impostos pela globalização econômica” (LEFF, 2010, p.31).

Nesse sentido, Kovel (2008) entende que um sistema de valores centrado na natureza, em oposição ao antropocentrismo é a única forma coerente para a superação das questões

ambientais. Assim, o objetivo global de transformação é a derrubada do mecanismo de crescimento patológico, de expansão de capital por meio da industrialização.

Ao longo do tempo as organizações tornaram-se uma forte instância de funcionamento da sociedade, sendo, muitas vezes, mais abrangentes e funcionais do que o Estado, e dessa forma acumulando força suficiente para realizar importantes mudanças na sociedade civil. Sendo assim, o planejamento das organizações com relação a sustentabilidade deve estar fortemente alinhado no sentido de promover um desenvolvimento sustentável, sem agressão ou excesso em relação ao meio no qual estão inseridas. Consideradas um dos expoentes do capitalismo, elas deveriam encaminhar esforços para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, entretanto, com frequência os interesses individuais e financeiros se sobressaem, fazendo muitas vezes o discurso dessas organizações com relação a essa problemática soar falso.

As organizações não são entes abstratos, sujeitos absolutos, entidades plenamente autônomas, unidades totalizadoras e independentes, mas construções sociais dinâmicas e contraditórias, nas quais convivem estruturas formais e subjetivas, manifestas e ocultas, concretas e imaginárias. (FARIA, 2014, P. 10).

Conforme afirma Shwom (2009), são as organizações as engrenagens dos desastres ambientais, e aqui complementa-se que as organizações são as engrenagens do capitalismo, que consequentemente destrói o meio ambiente por meio de sua racionalidade de lucro e consumo, levando a desigualdades econômicas e sociais chocantes em todo o mundo. Dentro desse contexto, a teoria organizacional passará a discutir as práticas das organizações em relação ao contexto de proteção ambiental.

Pierrri (2001), classificou três grandes correntes paradigmáticas que dão suporte ao debate ambiental contemporâneo: corrente Ecológica Conservacionista (Sustentabilidade Forte); corrente Ambientalista Moderada (Sustentabilidade Fraca); e a corrente do Humanismo Crítico. Em síntese, sabe-se que Ecológica Conservacionista, a Ambientalista Moderada, embora possuam características teóricas e filosóficas distintas, ainda sim são propostas que dominam o debate contemporâneo (com destaque para a segunda) e são pautadas em uma visão que enfatiza as dimensões Econômica e Ecológica do Desenvolvimento Sustentável, discutem a questão do crescimento econômico e limites e consideram a pobreza como fonte central dos problemas ambientais. Já a perspectiva Humanista Crítica, valoriza e enfatiza a dimensão Social do Desenvolvimento Sustentável e acredita que se faz necessário uma nova proposta de organização social para que os problemas ambientais possam ser mais bem compreendidos e solucionados.

Dessa forma, pensar sustentabilidade sem incorporar as organizações na discussão seria excluir o principal representante do sistema capitalista. Há uma necessidade da sociedade civil, governos e organizações trabalharem de modo conjunto e efetivo, pensando o funcionamento e a aplicabilidade do desenvolvimento sustentável. Entretanto, aparentemente, as organizações estão centradas em seus lucros e na projeção de imagem sustentável que querem exibir ao invés de formularem políticas que podem mitigar seus impactos negativos de suas atuações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo indagar as relações entre a sustentabilidade com o capitalismo contemporâneo e como essas relações são entendidas e estudadas pelas teorias organizacionais. Para tanto, descreveu-se de forma sucinta como o sistema capitalista contribuiu para a crise ambiental e social, e como os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável possuem ambiguidade. Pois, estudiosos das organizações e

sustentabilidade seguem a lógica da análise científica e se empenham profundamente nos fragmentos, entretanto, há uma crescente necessidade de enfrentar as questões básicas e debatê-las.

De acordo com Hoffman (2001), a definição de práticas ambientais dentro das organizações ainda são contestadas e representam um alto grau de conflito em nível de campo e mudança. Entretanto, Shwom (2009) aponta que um caminho de pesquisa focada na compreensão das ações organizacionais e suas consequências sociais, políticas, econômicas e materiais, pode auxiliar mais verdadeiramente a avaliar as ideais de sustentabilidade. Assim, as teorias organizacionais até recentemente não produziram uma compreensão integradora de como as organizações influenciam e são influenciadas pelo ambiente natural.

Starik e Kanashiro (2013) destacam a importância do papel da gestão da sustentabilidade como uma preocupação acadêmica e prática tanto aos indivíduos, quanto às organizações e sociedades. Porém, a gestão da sustentabilidade é considerada uma área relativamente nova à maioria dos estudiosos da administração e teóricos organizacionais, por mais que as pesquisas e argumentos dessas teorias sejam bem-intencionados, nenhuma das teorias de gestão tradicionais conseguem refletir adequadamente a essência dos desafios da sustentabilidade.

Com base nos tópicos abordados ao longo dessa pesquisa, percebe-se que a teoria organizacional, embora seja rica em escolas de pensamento e abordagens, ainda se trata de um campo fragmentado, contraditório e em construção, principalmente quando se volta para a sustentabilidade. Portanto, além do debate que se levanta em torno das organizações e a sustentabilidade, é necessário um aprofundamento em torno destas questões e mudanças no campo, no sentido de fomentar uma postura mais crítica e menos ingênua do papel das organizações em relação a sustentabilidade.

Por isso acredita-se que a relação entre capitalismo, organizações e sustentabilidade é forte, pois o discurso sustenta o capitalismo e suas organizações, entretanto, no sentido da concretização da sustentabilidade, a relação ainda é fraca. De acordo com a nossa questão problema proposta, ficou evidenciado que o sistema capitalista, pela lógica imposta de mercado, limita as ações sociais relativas ao meio ambiente, o que leva a ações ambientais organizacionais cooptadas (coercitivamente) pelo sistema capitalista global, o que faz com que a sustentabilidade se torne algo abstrato sem aplicabilidade.

É importante destacar que no processo do capitalismo desenfreado que levou a necessidade da sustentabilidade, as organizações que podem ser consideradas as protagonistas, deveriam ser pioneiras no sentido de buscar a melhor saída para tal situação na qual a sociedade está inserida. Usar o discurso da sustentabilidade apenas para ganhar certificação torna a ação vazia e sem sentido algum. Partindo dessa premissa, algumas questões podem ser levantadas: estaria o modelo capitalista esgotado? E o discurso da sustentabilidade, demagógico e moralista apenas? Até que ponto as organizações estão dispostas a abrir mão de seus lucros para ações efetivas na sustentabilidade? Qual o papel da sociedade civil nesse processo? Essas questões podem ser respondidas em um trabalho futuro que aprofunde a finalidade do desenvolvimento sustentável no interior das organizações, e tais questões devem ser levadas e trazidas para o centro do debate.

REFERÊNCIAS

BACHRAM, H. Climate fraud and carbon colonialism: the new trade in greenhouse gases. **Capitalism Nature Socialism**, v. 15, n. 4, p. 5-20, 2004.

BANERJEE, S. B. Who Sustains Whose Development? Sustainable Development and the reinvention of nature. **Organization Studies**, v. 24, n. 1, p. 143–180, 2003

BRESSER-PEREIRA, L. C. A organização Burocrática, In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; MOTTA, F. P. **Introdução à organização burocrática**. São Paulo: Thomson, 2004. p. 1-39

CASTRO, C. J. Sustainable Development: Mainstream and Critical Perspectives. **Organization & Environment**, v. 17, n. 2, jun. 2004, p.195-225.

CATANI, A. M. **O que é capitalismo?**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984

COMPARATO, F. K. Capitalismo: civilização e poder. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 72, p. 251-276, jan. 2011.

DOVERS, S.R. Sustainability: Demands on Policy. **Journal of Public Policy**, v. 16, n. 3, p. 303-318, 1996.

FARIA, J. H. Por uma Teoria Crítica da Sustentabilidade. **Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 2-25, jan./jun. 2014.

FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FOLADORI, R. G. Avances y límites de la sustentabilidad social. **Economía, Sociedad y Territorio**. v. III, n. 12, p. 621-637, 2002.

GODOY, A. S. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e Suas Possibilidades**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n.2, p. 57-63. São Paulo, Mar./Abr. 1995.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, v. 35, n.3, p. 20-29. São Paulo, Mai/Jun 1995.

HOFFMAN, A. J. Linking Organization and Field-level Analyses: the diffusion of corporate environmental Practice. **Organization & Environment**, v. 14, n. 2, p.133-156, jun. 2001.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: Mapping different approaches. **Sustainable Development**, 13, pp 38-52, 2005.

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Revista Educação e Pesquisa FE- USP**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 302-313, maio/ago. 2005.

KALLIO, T. J.; NORDBERG, P. The evolution of organizations and natural environment discourse: some critical remarks. **Organization & Environment**, v. 19, n. 4, p. 439-457, dec. 2006.

KOVEL, J. Ecosocialism, Global Justice, and Climate Change. **Capitalism Nature Socialism**, v. 19, n. 2, p. 4-14, 2008.

LAYRARGUES, P. P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B. LAYRARGUES, P. P. CASTRO, R. S de. (Orgs.) **Educação Ambiental: Repensando o espaço da cidade**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MARX, K. Trabalho alienado e a superação positiva da auto-alienação humana. IN: FERNANDES, F. (org) **Marx & Engels**: História. Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 36. São Paulo, Ática, 1989.

MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 18, p. 493–520, 1998.

MUNCK, L.; BORIM-DE-SOUZA, R. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade organizacional: a hierarquização de caminhos estratégicos para o desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Estratégia**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 185-202, mai./ago. 2009.

O'CONNOR, J. ¿Es posible el capitalismo sostenible?. In: ALIMONDA, Héctor (comp.) **Ecología Política**. Naturaleza, sociedad y utopia. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

ONU. Organização das Nações Unidas. **A ONU e o meio ambiente**. 2010. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>> Acesso em: 17 abr. 2014.

PELICIONI, A. F. Movimento ambientalista e educação ambiental. In: PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. (Eds.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2014. pp. 353-379.

PERROW, C. Organizing for environmental destruction. **Organization & Environment**, v. 10, p. 66-72, 1997.

PIERRI, N. El Proceso histórico y teórico que conduce a la propuesta del desarrollo sustentable. In:PIERRI, N.; FOLADORI, G. (Eds.) **Sustentabilidade? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Montevideo: Trabajo y Capital, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. **R. Inter. Interdisc. Interthesis**, Florianópolis, v.9, n.1, p.16-50, Jan./Jul. 2012.

SEGHEZZO, L. The five dimensions of sustainability. **Environmental Politics**, v. 18, n. 4, jul. 2009, p. 539-556.

SHWOM, R. Strengthening Sociological Perspectives on Organizations and the Environment, **Organization & Environment**, v. 22, n. 3, p. 271-292, 2009.

SORIANO, R. R. **Manual de pesquisa social**. Tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

STARIK, KANASHIRO, P. Toward a Theory of Sustainability Management: Uncovering and Integrating the Nearly Obvious. **Organization & Environment**, v. 26, n. 7, 2013.

WEBER, M. **História Geral da Economia**. 1ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1968.